



REQUERIMENTO

Crise de abastecimento de água no concelho de Almada

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almada,

No exercício das competências conferidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e pelo Regimento da Assembleia Municipal de Almada, nomeadamente ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 14.º, e no âmbito das competências de acompanhamento e fiscalização da atividade municipal, vem a signatária apresentar o presente requerimento sobre a crise de abastecimento de água que afeta o concelho de Almada. **Considerando que:**

- a) O concelho de Almada regista falhas no abastecimento público de água desde agosto de 2025, com agravamento acentuado a partir do início de julho de 2026, afetando em particular a Costa da Caparica e as freguesias envolventes¹;
- b) A 6 de julho de 2026, os SMAS ativaram o Plano de Contingência e criaram um Gabinete de Crise², e que, a 8 de julho, a Presidente da Câmara Municipal declarou a situação de alerta ao abrigo da Lei de Bases da Proteção Civil, na sequência da qual foram determinadas restrições a usos não essenciais e um calendário de interrupções noturnas do fornecimento entre as 22h00 e as 06h00³;
- c) A Agência Portuguesa do Ambiente quantificou publicamente um défice de cerca de 10 mil metros cúbicos diários entre a capacidade de produção do sistema (na ordem dos 50 mil metros cúbicos por dia) e o consumo em período de pico (na ordem dos 60 mil)⁴, e que os reservatórios municipais chegaram a atingir 10% da capacidade, quando deveriam situar-se próximo dos 60%⁵;
- d) A presidente da APA afirmou igualmente que 2026 foi um ano normal em precipitação, o que indica que a presente crise não decorre de escassez do recurso

¹ Cronologia da crise documentada pela imprensa: sinalAberto, [«Almada sem água: a cronologia de uma crise que já dura há mais de um mês»](#), julho de 2026.

² Câmara Municipal de Almada e SMAS, comunicado [«SMAS e CMA ativam Plano de Contingência»](#), 6 de julho de 2026.

³ Câmara Municipal de Almada, [«Presidente da Câmara Municipal de Almada decreta Situação de Alerta»](#), 8 de julho de 2026. A declaração tem por base os artigos 13.º e 14.º da [Lei n.º 27/2006, de 3 de julho](#) (Lei de Bases da Proteção Civil).

⁴ [Declarações do presidente da Agência Portuguesa do Ambiente](#), José Pimenta Machado, à Rádio Observador, 10 de julho de 2026.

⁵ [Declarações públicas da Presidente da Câmara Municipal de Almada](#), 12-13 de julho de 2026.

hídrico, mas da insuficiência da capacidade de captação e do estado da rede de distribuição⁶;

- e) As interrupções tiveram consequências diretas na vida da população e no funcionamento de serviços públicos, incluindo o encerramento temporário da Unidade de Saúde Familiar Costa do Mar por falta de água, e que cerca de 1.500 pessoas se manifestaram na Costa da Caparica a 8 de julho⁷;
- f) O furo GW1 entrou ao serviço a 12 de julho de 2026, na zona de Marisol, com um reforço anunciado de cerca de 60 metros cúbicos por hora (na ordem de 20% da capacidade de captação), e que a administração dos SMAS apontou a estabilização estrutural do sistema apenas para o primeiro trimestre de 2027⁸;
- g) Almada depende exclusivamente de água subterrânea captada no sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda (T3) e que 28 dos 32 furos de captação se localizam em território do concelho do Seixal, sobretudo em Corroios, incluindo o furo que colapsou em agosto de 2025 e que não chegou a ser recuperado⁹;
- h) Avaliações técnicas tornadas públicas documentam pressão prolongada sobre este aquífero e risco de intrusão salina pela proximidade ao estuário do Tejo, risco que a multiplicação não coordenada de novas captações pode agravar¹⁰;
- i) A taxa de perdas de água na rede de Almada foi publicamente situada em torno dos 35%, valor admitido pela Presidente da Câmara e referido pela Ministra do Ambiente e Energia¹¹, face a uma média nacional na ordem dos 26% a 27%, e que o RASARP 2025 regista para Almada perdas de 284 litros por ramal por dia, um dos dez piores valores do país¹²;
- j) Segundo dados da ERSAR relativos ao período de 2019 a 2023, foram reabilitados apenas 10,6 quilómetros de condutas no concelho (0,3% da rede), quando a referência recomendada se situa entre 1,5% e 4% ao ano, e que a taxa média anual de renovação na última década foi de 0,42%¹³;

⁷ [Encerramento da USF Costa do Mar](#): RTP/Lusa, 7 de julho de 2026. [Manifestação de cerca de 1.500 pessoas](#): ECO/Lusa, 9 de julho de 2026.

⁸ SMAS de Almada, [«Novo furo entra em funcionamento antes do previsto»](#), 12 de julho de 2026. [Declarações do presidente do CA dos SMAS](#), Luís Palma, 6 de julho de 2026.

⁹ [Declarações do presidente do CA dos SMAS \(28 dos 32 furos no Seixal\)](#), 6 de julho de 2026. [Colapso do furo em agosto de 2025 e não recuperação](#), conforme declarações da Ministra do Ambiente e Energia, 14 de julho de 2026.

¹⁰ Avaliações técnicas do professor Filipe Duarte Santos (Universidade de Lisboa) e do engenheiro José Vieira (Ordem dos Engenheiros), citadas em [«A água que corre na rua sem parar, as puxadas e o boom de piscinas»](#), julho de 2026

¹¹ [Declarações da Ministra do Ambiente e Energia \(perdas de cerca de 35% face à média nacional de cerca de 26%\)](#), 14 de julho de 2026. [Valor de 35% admitido pela Presidente da Câmara](#), conforme síntese do Bloco de Esquerda.

¹² ERSAR, [Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal](#) (RASARP 2025, dados de 2024). Dados relativos a Almada (284 litros por ramal por dia; perdas reais nacionais de 187,3 milhões de m³) verificados pela SIC.

¹³ Dados da ERSAR relativos a 2019-2023 ([10,6 km de condutas reabilitadas, 0,3% da rede](#)). [Taxa média anual de renovação de 0,42% na última década](#), segundo a ERSAR.

- k) O consumo no concelho ultrapassa os 300 litros por habitante por dia, quase o dobro da média nacional de cerca de 180, e cresceu 4,3% no primeiro semestre de 2026 face ao período homólogo, com subidas superiores a 14% em freguesias como a Charneca de Caparica e a Costa da Caparica¹⁴;
- l) Os SMAS identificaram consumos anormais e não faturados em zonas do concelho e procederam ao encerramento de captações clandestinas, sem que seja público o peso real destas situações no balanço hídrico global¹⁵;
- m) A ERSAR solicitou esclarecimentos formais aos SMAS na sequência do volume de reclamações recebidas e considerou insuficientes as explicações apresentadas, e que a Provedoria de Justiça confirmou ter em análise queixas de munícipes sobre esta matéria¹⁶;
- n) A DECO propôs medidas concretas de proteção dos utilizadores afetados, entre as quais a isenção da tarifa fixa nas faturas dos períodos e das zonas com cortes e a aplicação das compensações previstas no Regulamento da Qualidade de Serviço, e que a própria Ministra confirmou que os consumidores afetados por interrupções prolongadas podem ter direito a compensações¹⁷;
- o) O Município do Seixal reclama publicamente o pagamento pela água captada no seu território e pela passagem de condutas, matéria em que Almada foi condenada em 2025 pelo Tribunal Administrativo, encontrando-se o processo em recurso e não reconhecendo a Câmara Municipal essa dívida¹⁸;
- p) Que a componente de gestão hídrica do PRR excluiu a Península de Setúbal, que estão abertos desde maio de 2026 avisos do programa Sustentável 2030 dedicados ao ciclo urbano da água, num total de 70 milhões de euros, com candidaturas a decorrer, e que os SMAS executaram no anterior quadro comunitário uma operação do POSEUR para controlo e redução de perdas¹⁹;
- q) O Governo anunciou, a 14 de julho de 2026, o estudo de uma ligação ao sistema de Castelo do Bode, em articulação com a EPAL e com os municípios da Margem Sul,

¹⁴ Dados divulgados pela Câmara Municipal de Almada no comunicado de 8 de julho de 2026 ([consumo médio superior a 300 l/hab/dia: acréscimo de 4.3% até junho: subidas por freguesia](#)).

¹⁵ [Comunicado conjunto CMA/SMAS](#) de 6 de julho de 2026 (consumos anormais e não faturados; fiscalização). [Encerramento de captação clandestina no bairro da Penajóia](#), 9 de julho de 2026.

¹⁶ [Pedido de esclarecimentos da ERSAR e alerta para consumos ilícitos: Insuficiência das explicações apresentadas, na avaliação da ERSAR; Análise da Provedoria de Justiça: ECO/Lusa](#), 10 de julho de 2026.

¹⁷ DECO, «[Situação de alerta deixa consumidores de Almada sem água](#)», 9 de julho de 2026. [Confirmação ministerial do direito a compensações](#), 14 de julho de 2026.

¹⁸ [Declarações do Presidente da Câmara Municipal do Seixal](#), Paulo Silva, julho de 2026.

¹⁹ Avisos do Sustentável 2030 dedicados ao ciclo urbano da água (70 milhões de euros, abertos em maio de 2026) e operação POSEUR executada, conforme [documentação citada pelo Bloco de Esquerda: Exclusão da Península de Setúbal na componente hídrica do PRR](#).

para criar uma segunda origem de abastecimento, sem que sejam ainda conhecidos o traçado ou o calendário²⁰;

- r) O acordo de governação subscrito por PS e CDU para o presente mandato prevê uma auditoria financeira externa e independente ao universo municipal, incluindo os SMAS²¹;
- s) A Assembleia Municipal aprovou, a 11 de fevereiro de 2026, o orçamento dos SMAS para 2026, no valor global de 39,8 milhões de euros, dos quais 7,96 milhões destinados a investimento em infraestrutura de água e saneamento, incluindo a autorização de compromissos plurianuais até 500 mil euros por ano durante três anos²²;
- t) O LIVRE votou favoravelmente esse orçamento condicionando o seu apoio a duas exigências de seguimento, a apresentação do relatório de execução do plano dos SMAS de 2025 e a disponibilização de informação sobre as perdas de água na rede, e que, até à data, nenhum destes elementos foi remetido a esta Assembleia²³;
- u) O programa autárquico com que o LIVRE concorreu às eleições de 2025 em Almada prevê levantamento e a reavaliação das redes municipais de água e saneamento, bem como a garantia do abastecimento público a toda a população²⁴;
- v) A LIVRE apresentou na Assembleia da República o Projeto de Lei n.º 440/XV, que consagra o saneamento básico como direito fundamental e cria a Rede Pública de Abastecimento de Água e Saneamento²⁵;
- w) O Grupo Parlamentar do LIVRE requereu na Assembleia da República a audição da Presidente da Câmara Municipal de Almada e do presidente do Conselho de Administração dos SMAS, tendo requerido igualmente a audição da ERSAR para clarificar o cumprimento dos níveis de serviço contratualizados e as ações de fiscalização desencadeadas²⁶;

²⁰ [Anúncio da Ministra do Ambiente e Energia](#), 14 de julho de 2026

²¹ [Acordo de governação PS/CDU para o mandato 2025-2029](#), incluindo o compromisso de auditoria financeira externa e independente ao universo municipal (CMA, SMAS e WeMob).

²² [Minuta da Ata n.º 11 da Assembleia Municipal de Almada](#), sessão de 11 de fevereiro de 2026 (aprovação das Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal dos SMAS para 2026 e autorização de compromissos plurianuais até 500 mil euros/ano por três anos). [Síntese oficial dos SMAS](#).

²³ [Sentido de voto registado na Minuta da Ata n.º 11](#) (11 de fevereiro de 2026), com as exigências de seguimento formuladas na intervenção da Deputada Municipal do LIVRE na mesma sessão.

²⁴ [Programa autárquico apresentado pelo LIVRE, em coligação, às eleições de 2025 em Almada \(capítulo «Água e energia»\)](#).

²⁵ [Projeto de Lei n.º 440/XV/1.ª \(LIVRE\). Direito ao Saneamento Básico](#), Assembleia da República.

²⁶ [Requerimento de audição apresentado pelo Grupo Parlamentar do LIVRE](#) (Presidente da CMA e SMAS; ERSAR em requerimento próprio), 8 de julho de 2026. [Declarações do deputado Paulo Muacho](#).

- x) Outras bancadas apresentaram já iniciativas nesta matéria, designadamente o requerimento do Bloco de Esquerda sobre o risco de contaminação da rede durante os cortes e a proposta de constituição de uma comissão eventual de acompanhamento dos SMAS²⁷, e que o presente requerimento procura complementar esses instrumentos sem os duplicar.

Face ao exposto, e considerando a relevância desta matéria para o exercício das competências de fiscalização da Assembleia Municipal e para a garantia de um serviço público essencial aos cerca de 177 mil habitantes do concelho, requer-se que a Câmara Municipal de Almada, através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, preste informação circunstanciada sobre os seguintes pontos:

1. Qual era o caudal médio do furo que colapsou em agosto de 2025 e qual a causa técnica apurada para esse colapso?
2. Que diligências foram desenvolvidas desde agosto de 2025 para a recuperação ou a realocação desse furo, junto de que entidades e com que resultados? Solicita-se cópia da correspondência trocada com o Município do Seixal sobre esta matéria.
3. Qual a evolução mensal, desde agosto de 2025, do volume de água captada e do volume de água entrada no sistema, com indicação dos níveis médios dos reservatórios em cada mês?
4. Quais as características técnicas e o custo total do furo GW1, designadamente a profundidade e o caudal explorável, qual o seu regime atual de funcionamento e quando está prevista a ligação definitiva à rede elétrica?
5. Qual o ponto de situação de cada um dos furos em licenciamento na APA e dos furos em fase de projeto, com indicação do caudal previsto e do calendário estimado de entrada ao serviço?
6. Que avaliações técnicas suportam a estratégia de abertura de novos furos face ao risco de sobre-exploração do aquífero T3 e ao risco de intrusão salina, e que articulação existe com a APA quanto ao estado quantitativo desta massa de água?
7. Qual a taxa atual de água não faturada na rede dos SMAS e qual a sua evolução anual nos últimos cinco anos, com indicação da metodologia de cálculo?

²⁷ [Bloco de Esquerda: requerimento sobre o risco de contaminação da rede](#), 13 de julho de 2026; [proposta de Comissão Eventual de Acompanhamento dos SMAS](#).

8. Qual a decomposição estimada dessa taxa entre perdas reais, correspondentes a fugas físicas, e perdas aparentes, correspondentes a consumos não medidos ou não autorizados?
9. Qual o balanço hídrico por freguesia, com indicação da água entrada no sistema e da água faturada, que permita localizar territorialmente as perdas?
10. Qual o consumo de água por tipo de contador (doméstico e industrial) e por freguesia, e de que modo essa desagregação altera os valores de consumo per capita apresentados publicamente?
11. Qual a diferença entre os picos de consumo registados por cada tipo de contador?
12. Qual a evolução do número de contadores por tipo e por ano e qual a sua correlação com o licenciamento urbanístico no concelho, em articulação com os serviços municipais de urbanismo?
13. Quantas ligações ilegais e captações clandestinas foram detetadas desde agosto de 2025 e que volume estimado representam no balanço hídrico do sistema?
14. Que procedimentos contraordenacionais ou de outra natureza foram instaurados na sequência dessas deteções?
15. Qual o Índice de Conhecimento Infraestrutural da rede e qual a percentagem do cadastro que se encontra atualizada e georreferenciada?
16. Qual a idade média das condutas em operação e que critérios determinam a prioridade da sua substituição?
17. Existe um plano de redução de perdas com metas anuais quantificadas? Em caso afirmativo, quais são essas metas e qual o grau de cumprimento até à data?
18. Qual a taxa anual de reabilitação da rede desde 2019, em quilómetros e em percentagem, face à referência mínima de 1,5% ao ano recomendada pela ERSAR?
19. Qual a cobertura atual das Zonas de Medição e Controlo com telemetria e que resultados produziu este sistema na redução de perdas desde a sua implementação?
20. Que critérios técnicos determinaram o calendário de cortes noturnos e que alternativas foram ponderadas antes da sua adoção?
21. Que medidas específicas foram adotadas para proteger equipamentos prioritários, designadamente unidades de saúde e estruturas residenciais para pessoas idosas, e que avaliação foi feita do encerramento da Unidade de Saúde Familiar Costa do Mar?

22. Que plano de amostragem e controlo da qualidade da água foi acionado durante e após as interrupções, atento o risco de contaminação por despressurização das condutas, e quais os resultados das análises efetuadas?
23. Em que termos será aplicado o Regulamento da Qualidade de Serviço aos utilizadores cujo nível de serviço contratado não foi cumprido, e admite o município adotar mecanismos automáticos de compensação que dispensem pedido individual?
24. Que posição tem o município sobre a isenção da tarifa fixa e da tarifa de gestão de resíduos nas faturas dos períodos e das zonas afetadas pelos cortes, conforme proposto pela DECO?
25. Quantas reclamações relacionadas com o abastecimento foram recebidas desde junho de 2026 e qual o tempo médio de resposta?
26. Com que antecedência e através de que canais é comunicada à população a informação sobre interrupções programadas do fornecimento?
27. Solicita-se o relatório de execução do plano de atividades e investimento dos SMAS relativo a 2025, compromisso assumido perante esta Assembleia aquando da aprovação do orçamento para 2026.
28. Qual a taxa de execução, à data, do investimento de 7,96 milhões de euros previsto para 2026 e qual o ponto de situação dos compromissos plurianuais autorizados pela Assembleia Municipal?
29. Foi submetida candidatura aos avisos do programa Sustentável 2030 dedicados ao ciclo urbano da água, abertos desde maio de 2026? Em caso afirmativo, com que montante e para que operações; em caso negativo, por que razão e com que calendário previsto?
30. Que candidaturas a fundos europeus para o ciclo urbano da água foram apresentadas desde 2014 e quais os resultados da operação de redução de perdas executada ao abrigo do POSEUR no anterior quadro comunitário?
31. Quais os termos de referência e o calendário da auditoria externa e independente prevista no acordo de governação para o universo municipal, incluindo os SMAS, e compromete-se o município a publicar integralmente o respetivo relatório?
32. Qual o valor peticionado no litígio com o Município do Seixal e qual o estado atual do recurso da decisão proferida em 2025 pelo Tribunal Administrativo? Foram constituídas provisões para este passivo contingente?

33. Que diligências estão em curso para um acordo intermunicipal com o Seixal sobre a partilha e a proteção das captações localizadas naquele concelho?
34. Qual a posição da Câmara Municipal sobre a ligação ao sistema de Castelo do Bode enquanto segunda origem de abastecimento e que participação formal terá o município no estudo anunciado pelo Governo a 14 de julho de 2026?
35. Qual o estado de execução do projeto de reutilização de águas residuais urbanas tratadas e que investimento está previsto neste domínio?

Solicita-se que o presente requerimento seja remetido à Câmara Municipal de Almada, aguardando-se resposta no prazo regimental aplicável.

Almada, 16 de julho de 2026

A Deputada Municipal Única do LIVRE

Geiziely Fernandes